

A rede de Museologia Social do Rio de Janeiro: um balanço em movimento

Mário Chagas¹, Juliana Veiga², Rondelly Cavulla³

Eu quero entrar na rede
Promover um debate
(Gilberto Gil)

I

Redes se caracterizam pela formação a partir de relações abertas, relações que não configuram um grupo em sentido estrito, mas que, ao contrário, são dadas por afinidades e objetivos comuns dos sujeitos participantes. Ainda que o conceito de rede seja amplo e transversal aqui ele será utilizado de um modo preciso visando a melhor compreensão dos encaminhamentos teóricos e práticos da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (REMUS-RJ), diretamente envolvida com museus comunitários e iniciativas de museologia social que acionam o direito à cultura, à memória e ao patrimônio colocando-os a favor da cidadania e de uma cultura de paz, com voz e direito de denunciar as mazelas, racismos, perversidades e violências praticadas contra os grupos sociais que historicamente têm sido subalternizados, marginalizados e silenciados.

Milton Santos em seu livro *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção* indica que é possível enquadrar as redes em “duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social”

¹ Poeta, museólogo, mestre em Memória Social pelo PPGMS/UNIRIO e doutor em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ. Professor da UNIRIO e dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Departamento de Museologia da ULHT e do Programa de Pós-Graduação em Museologia da UFBA. Diretor do Museu da República/Museu Palácio Rio Negro-Ibram. Articulador da REMUS-RJ.

² Pesquisadora e produtora cultural, mestre em Cultura e Territorialidades pelo PPCULT/UFF. Articuladora da REMUS-RJ.

³ Comunicóloga e Museóloga. Coordenadora do projeto Redes de Memória e Resistência. Bacharel em Comunicação Social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), pós-graduada em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde pelo Museu da Vida/Fiocruz e mestre em Museologia e Patrimônio pelo PGPMUS/UNIRIO/MAST. Articuladora da REMUS-RJ.

(2006, p. 176). A primeira matriz, por mais interessante que seja não é a que nos interessa analisar no presente texto. Aqui firmamos uma posição e sustentamos que uma rede se efetiva quando se apropria do “dado social”, do dado relacional. Nessa direção, é importante consultar a reportagem assinada por Ana Cristina Fachinelli, Christian Marcon e Nicolas Moinet, publicada em Com Ciência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, que diz:

Evidenciar as relações entre atores não é suficiente para enunciar a existência de uma verdadeira rede. Uma agenda de endereços, não [é] mais que um anuário de diplomados, não constitui rede, mas sim uma matéria-prima relacional. Para que a rede ganhe corpo, é necessário que um projeto concreto, coletivo, voluntário, proporcione uma dinâmica específica às relações pré-existentes. Além disso, para adquirir uma dimensão estratégica, uma rede deve interagir com o campo de ação no qual ela se inscreve. Em resumo a estratégia-rede supõe compartilhar um projeto que se inscreve num campo de ação.⁴

Em nosso entendimento a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro foi criada com o calibre estratégico acima referido e com uma dimensão interseccional fortemente presente. Nela, mobilizando afetos políticos e poéticos, encontram-se em situação de intersecção: mulheres, lésbicas, negras, índias, brancas, gays, negros, índios, brancos, jovens, mais velha(o)s, católica(o)s, candomblecistas, umbandistas, protestantes, agnóstica(o)s, professora(e)s, estudantes e muito mais. Além disso, a REMUS-RJ existe, resiste e (re)existe por meio de fluxos e refluxos, mobilizações e desmobilizações, aproximações e afastamentos. Todas essas oscilações são comuns aos integrantes da Rede que atuam em diversas frentes e em diversos movimentos sociais.

⁴ Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/socinfo/info14.htm>.

II

Por mais fluido que seja o conceito de rede, por mais que existam oscilações dependentes de idiosincrasias, de fluxos e refluxos, dos ritmos e disritmias dos grupos e das pessoas envolvidas é importante reconhecer que a sobrevivência das redes depende da constituição de uma espécie de personalidade ou de identidade processual, que se define a partir do contexto social em que se inserem, das lutas que assumem e enfrentam, do foco e das prioridades que estabelecem e dos projetos coletivos que são capazes de desenvolver.

Da mesma maneira que a REMUS-RJ se constitui a partir da retomada das discussões acerca da Museologia Social no Estado do Rio de Janeiro, como mais adiante será indicado, é importante registrar que todas as iniciativas que dela participam dobram-se sobre si mesmas, são reflexivas e autorreflexivas, afirmam-se comprometidas com as teorias e práticas da denominada Museologia Social e deixam claro que seus caminhos se fazem ao caminhar. Não há garantias de futuro e menos ainda de que elas continuem as mesmas, ou seja, que suas configurações permaneçam imutáveis ao longo do tempo.

“Tudo flui”.⁵ Esse fragmento atribuído a Heráclito de Éfeso, filósofo pré-socrático, parece ser inspirador de muitos militantes e de muitas iniciativas da REMUS-RJ. No entanto, outras tantas iniciativas trabalham com a ideia de uma identidade possível e de uma permanência transformadora. Nesse caso, elas parecem nos colocar em diálogo com Parmênides de Eleia, filósofo pré-socrático, igualmente inspirador. Síntese provisória: em nosso entendimento a REMUS-RJ possibilita o encontro e a conversa entre os diferentes, entre diferentes perspectivas de vida, entre diferentes visões de mundo. Nessa direção vale lembrar que para Izabela Bocayuva, Heráclito e Parmênides,⁶ não se contrariam, ao

⁵ Ver o artigo de Alexandre Costa, denominado “Como e por que sobrevivem os pré-socráticos? Os exemplos de Empédocles e Heráclito”, publicado na Revista Filosófica de Coimbra, n. 21, p. 163-178, 2002.

⁶ Ver o artigo “Parmênides e Heráclito: diferença e sintonia”, publicado na Revista Kriterion, v. 51, n. 122, Belo Horizonte, jul./dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

contrário, participam de uma “mesma conversa” e “como quem conversa amigavelmente”, apresentam “diferentes argumentos”, “este é exatamente o caso deles” (BOCAYUVA, 2010), este é o caso dos participantes da Rede.

Redes são identidades narrativas, construídas na dinâmica do tempo, incorporando frequentemente a mudança (RICOEUR, 1991). Mudanças de foco, objetivo, estratégias de sustentabilidade e integrantes, por exemplo. Daí que redes também são frequentemente rompidas, ora dando início a outras redes, ora finalizando o que no passado constituiu-se pela existência de objetivos comuns, já que, além de compatibilidades, uma rede apresenta inevitavelmente tensões e conflitos. Assim, as redes têm movimentos próprios que vão depender e variar de acordo com o envolvimento de seus participantes (que não são sempre os mesmos).

No caso da Rede que está sendo aqui apresentada, em dado momento, o direcionamento para a captação de recursos financeiros foi importante para manter a sua mobilização em prol da continuidade das atividades, mas em outros momentos o fundamental foi a manutenção de seus encontros e, portanto, das pessoas que se disponibilizam e que produzem reverberação na rede.

É importante mencionar que as redes sociais, ou seja, os agrupamentos informais constituídos por relação parental, congregação religiosa, ou qualquer articulação de pessoas com objetivos em comum sempre existiram, da mesma forma que o contato entre as culturas antes do que se convencionou chamar de globalização.

III

O que Milton Santos chamou de período técnico-científico-informacional (2006, p. 178) e que Manuel Castells (2006) chamou de “sociedade em rede” ou “sociedade da informação” traz a possibilidade de uma avalanche de redes e coletivos; alguns ancorados no mundo virtual, outros, como a Rede de Museologia Social do Estado do Rio de

Janeiro, arraigados nos territórios, mas também virtualmente articulados, em função do alcance, da facilidade e da rapidez de comunicação proporcionada pelas mídias e tecnologias digitais.

Com base em vivências concretas e de longo fôlego (leia-se, pelo menos cinco anos de experiência direta na REMUS-RJ) podemos dizer que é preciso cuidado ao se referir às redes como relações totalmente descentralizadas e horizontais, sem hierarquias, porque mesmo que não haja uma demarcação de atribuições relacionada à determinada direção ou coordenação, é preciso admitir um mínimo de organização e planejamento estratégico para que atividades e pautas sejam desenvolvidas e continuadas. E isso indica a existência de formas diferentes de participação na rede. Nem todos os seus membros participam da mesma maneira. Assim, diferentes grupos de trabalho, com dinâmicas, orientações e coordenações distintas acabam por se formar para garantir o fluxo e a realização das atividades estabelecidas, ainda que de forma voluntária e orgânica. Esse ponto contribui para desmitificar a noção ilusória de que as redes sociais existem apenas na virtualidade, quando muitas delas dependem inteiramente dos corpos, corações e mentes em movimento e ação.

Também é preciso ter cuidado ao atribuir às redes características personificadas e autônomas. Em boa medida, elas serão apenas uma ferramenta que agrega pessoas. Em tempos diferentes, em situações diferentes, diante de demandas e problemas diferentes elas tenderão a assumir formatos diferentes. Nesse sentido, os tipos de relações sociais: hierárquicas ou descentralizadas, virtuais ou corporais, verticais ou horizontais, participativas ou não, serão definidoras do formato organizacional e dos fluxos de poder atribuídos à rede. Nada disso é dado *a priori*.

A esse respeito Albino Rubim diz o seguinte:

As eventuais centralidades, que seguem a lógica do envolvimento e do reconhecimento, emergem durante processos e atividades, e serão substituídas por outras, na medida em que diminua a sua capacidade

de resposta. Assim, cada elemento da rede pode potencialmente ser um centro, dependendo do momento e do ponto de vista (2011, p. 45).

Dessa maneira, “os entes são solicitados a negociar continuamente suas modalidades de atuação na rede, a partir das cotas de poder que dispõem e que estão inseridas nas relações de poder que organizam a rede” (RUBIM, 2011, p. 52-53). Isso reafirma a premissa de que em rede, as lideranças e os grupos de trabalho formados se movem de acordo com as posições assumidas, com as relações de poder (e negociações) que vão sendo estabelecidas pelos integrantes, ora por meio de interações harmônicas, ora conflituosas. E que essa mediação e poder de influência poderão ser assumidos por outras pessoas, em outro momento, em sintonia com os movimentos da rede que resultam de uma composição de vetores sobre a qual nenhum dos participantes da rede tem absoluto controle – e isso é bom!

É preciso registrar, por tudo o que foi dito antes, que ao mobilizar o poder político a rede também mobiliza afetos poéticos. De outro modo: a rede movimenta relações de amizade, de amor, de cumplicidade, de parceria, de solidariedade e de cuidado. Mas, como nada do que é humano é estranho à rede, ela também pode acionar e mobilizar ciúmes, ódios, maledicências e traições. De qualquer modo, é importante indicar que em algumas redes abraços e danças coletivas, como as cirandas, são utilizadas e consideradas como práticas capazes de contribuir para a transformação e a mobilização de pessoas. Essas e outras experiências permitem a compreensão da conexão entre a Museologia Social e uma possível Museologia do Afeto e do Cuidado.

A esse respeito a Rede Cearense de Museus Comunitários e a Rede Indígena de Memória e Museologia Social no Ceará, com as quais a REMUS-RJ tem parceria, apresentam bons exemplos, entre os quais destacamos um: durante o IV Encontro de Formação de Gestores de Museus Indígenas, ocorrido no período de 14 a 16 de julho de 2017, em Almofala-Itarema (CE), na aldeia do povo Tremembé, com a participação de pelo menos 10 etnias e 60 pessoas, incluindo 3 pajés e 2 caciques,

durante todos os dias, antes do início formal dos trabalhos, foram realizadas práticas ritualísticas de conexão com o sagrado. Em todos os dias o Toré⁷ foi dançado e cantado pelo menos uma vez. A essas práticas todos os presentes atribuíam grande poder de cura e de transformação e, inclusive, de garantia do bom êxito para todo o Encontro.

IV

A REMUS-RJ lançada em 2013, em reunião realizada no Museu da República (MR/IBRAM),⁸ foi inspirada na “Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais”, lançada em 2007,⁹ no âmbito da Coordenação Técnica do Departamento de Museus (CT-DEMU) do Iphan, com a participação de 46 pessoas e de pelo menos 20 iniciativas comunitárias. A rede de 2007 realizou algumas reuniões convocadas pela CT-DEMU, mas não teve capacidade, enraizamento e força suficientes para garantir a continuidade dos encontros e se articular de modo independente das estruturas do poder público. O processo de criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2009, exigiu dedicação da equipe da CT-DEMU, com muitas idas e vindas no trajeto: Brasília – Rio de Janeiro. Tudo isso contribuiu para desmobilizar a “Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais”.

É importante registrar, no entanto, que a Política Nacional de Museus (PNM),¹⁰ lançada em 2003, foi construída sobre os alicerces da

⁷ Prática ritualística que envolve cantos e danças variados entre si com o objetivo de estabelecer conexões com a natureza e o sagrado que em muitos casos são sinônimos.

⁸ Registre-se que o MR mantém com as iniciativas de Memória e Museologia Social do Rio de Janeiro uma parceria de longa data. Em 2004, por exemplo, foi realizada no MR a exposição “A Força da Maré: da palafita ao palácio”, resultado de parceria desenvolvida com o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). Esta exposição foi uma chave importante para a criação do Museu da Maré, em 2006.

⁹ Ver crônica (memória) denominada “Museu é como um lápis”, publicada no dia 1º de fevereiro de 2007, no blog Overmundo. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/museu-e-como-um-lapis>. Acesso em: 26 dez. 2017.

¹⁰ Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf e também https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf. Acesso em: 26 dez. 2017.

denominada Museologia Social e que em 2007, no Brasil, essa orientação museológica estava bastante fortalecida e em expansão. O Museu da Maré, por exemplo, havia sido inaugurado em 2006 e, com isso, inspirava outras comunidades populares. O Museu Vivo de São Bento estava em processo de autorreconhecimento. Vários povos indígenas, como os Tapeba (CE) e os Kanindé (CE); várias favelas e comunidades populares do Brasil, chamavam para si a responsabilidade da criação de museus comunitários, processos museais, iniciativas de memória e se assumiam como praticantes de uma Museologia Social. Alguns anos depois, em 2009, foram publicadas as leis de criação do Estatuto de Museus, do Instituto Brasileiro de Museus e as orientações do Programa Pontos de Memória. Este último, a rigor, é tributário da “Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais” e pode ser (e talvez deva ser) lido como uma tradução do ideário da Rede de 2007 no interior da gestão da política pública de cultura voltada para o campo da memória, dos museus e da Museologia Social.

V

O planejamento das ações que desaguariam e alimentariam a REMUS-RJ tiveram início em 2006, ainda que a primeira reunião ampliada tenha acontecido em janeiro de 2007. O blog¹¹ da “Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais” registra atas e outros documentos que evidenciam o interesse de muitos grupos, pessoas e instituições pelas questões da memória, da museologia e do patrimônio comunitário.

Em 2013, a articulação em rede da Museologia Social foi retomada por gestores de iniciativas de base comunitária, museólogos, historiadores, antropólogos, agentes culturais, pesquisadores, professores e interessados no tema. Como indicam R. M. da Silva e R. de Januário:

¹¹ Disponível em: <http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/>. Ali se encontram as atas das três primeiras reuniões da “Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais”, além de outros documentos. Acesso em: 26 dez. 2017.

A reunião de retomada da Rede foi realizada em outubro de 2013 no Museu da República (Ibram/MinC). O chamado para este dia foi feito por e para diferentes pessoas cujas contribuições pessoal e profissional (em razão de suas experiências singulares) e também institucional (em razão das instituições por quem falam) são indispensáveis à Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. (2014, p. 416).

Na sequência da reunião de outubro de 2013 várias outras foram realizadas e nelas estiveram presentes indivíduos, representantes de grupos, instituições e processos que associavam o seu fazer à Museologia Social, além de representantes de instituições e instâncias públicas da cultura e da museologia, como o Sistema Estadual de Museus (SIM-RJ/SECRJ) e o Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

A descrição da articulação da Rede de Museologia Social do RJ em seu blog ocorre nos seguintes termos:

“A ideia da rede também surge para potencializar a conexão e a troca de experiências entre as cerca de 30 iniciativas identificadas no Estado, desenvolvidas por comunidades, grupos e movimentos sociais que trabalham a memória como ferramenta de luta, resistência e transformação social”.¹²

Essa informação corrobora a ideia da Rede como movimento político, no qual questões relacionadas ao direito, à memória, ao museu e ao fratrimônio¹³ das comunidades são constantemente colocadas em pauta.

Aliás, é essa pauta que perpassa as reuniões da Rede; as possibilidades de visibilidade e viabilidade das iniciativas de memória, imbricadas no território em que vivem as comunidades. Apesar das instituições

¹² Disponível em: <http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/search?updated-min=2013-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2014-01-01T00:00:00-08:00&max-results=2>. Acesso em: 30 jan. 2017.

¹³ A respeito da categoria fratrimônio ver o artigo “Patrimônio é o caminho das formigas”, publicado nos Anais do MHN, v. 47, p. 177-304, 2015.

públicas que participam dos encontros, conforme citação acima, a Rede não está vinculada a nenhum órgão do poder público. As parcerias com trabalhadores do serviço público e com instituições públicas capazes de manter independência política são fundamentais para a ampliação de sua potência.

É importante clarear o modo como se deu o movimento de aproximação de algumas instituições públicas, sem subordinação e tutela. Há pelo menos três perguntas, entre outras, que chamam nossa atenção: Porque a rearticulação, em 2013, parte de um contexto institucional, qual seja: o do Programa Pontos de Memória (Ibram)? Porque o espaço de acolhimento foi o Museu da República, um museu nacional, público, vinculado ao IBRAM e ao Ministério da Cultura? E porque o Sistema Estadual de Museus da Superintendência Estadual de Museus do Rio de Janeiro teve na Rede uma presença tão importante? Não temos a intenção de respondê-las, queremos apenas realizar algumas achegas e indicar pistas para futuras investigações.

A ideia da rearticulação da Rede nasceu na interface entre duas consultoras do Programa Pontos de Memória e um servidor do Ibram, a saber: Inês Gouveia, Sara Schuabb e Felipe Evangelista, que na época trabalhavam juntos. Registre-se que Sara Schuabb teve um papel importante na manutenção do blog da Rede de 2007 e que, portanto, tinha acesso a informações e conhecia com delicadeza e profundidade o funcionamento da citada Rede. Esse pequeno grupo foi ampliado com a participação de uma gestora-pesquisadora-museóloga do Sistema Estadual de Museus e de um poeta-pesquisador-professor-gestor-museólogo do Museu da República que juntos firmaram um acordo de chamamento e de uma convocatória ampliada com o desejo evidente de retomar a antiga Rede, mas já agora com outro nome, outra missão e outra forma organizativa.

Outras pessoas agregaram-se a esse núcleo. Algumas vinham das articulações do Programa Pontos de Memória e outras do trabalho realizado pela Superintendência Estadual de Museus. Segundo Inês Gouveia em entrevista concedida à Juliana Veiga:

[...] a gente pensou em retomar a iniciativa que já tinha rolado em 2008 [sic], de reuniões, a perspectiva de uma rede mesmo. Então a gente pensou em chamar os grupos e fazer uma grande reunião e a partir daí perguntar mesmo: e aí gente, vocês acham que atende a expectativa daquilo que a gente precisa e daquilo que vocês estão precisando desenvolver nos seus grupos, formar uma rede? Tendo em conta não só os nossos trabalhos, mas esses cenários de políticas culturais que se instalam? (Entrevista com Inês Gouveia, 2016).¹⁴

O projeto de retomada da Rede de 2007 não tinha nada de ingênuo. O grupo articulador sabia que o cenário político era outro, sabia que a equipe responsável pela criação do Ibram havia sido implodida, que as relações entre o primeiro presidente do Ibram e o primeiro diretor do seu Departamento de Processos Museais e, ao mesmo tempo, o formulador do Programa Pontos de Memória estavam esgarçadas. A leitura política do grupo permitia a compreensão de que havia uma clara tendência de refluxo em termos de políticas públicas de cultura e que nesse caso, seria importante, construir linhas de fuga e novos agenciamentos políticos, contando, se possível, com setores do poder público, mas, ainda assim, inteiramente independente deles. Foi com base nesse entendimento que foram realizados contatos com as Secretarias de Cultura do município e do Estado do Rio de Janeiro, com o Fórum dos Pontos de Cultura, com diversos museus do Ibram e com universidades federais e estaduais.

Dialogando com o movimento de 2007 a primeira convocatória realizada em outubro de 2013 visava criar, discutir e pactuar pautas, objetivos, planos, projetos e ações que produzissem bens comuns.

O blog da REMUS-RJ nos auxilia a compreender o sentido de sua existência. Lá, ainda hoje, é possível visualizar a seguinte definição:

A Rede [...] tem como objetivo promover a conexão e a troca de experiências entre comunidades populares, movimentos sociais e instituições que

¹⁴ Ver a dissertação de: VEIGA, Juliana Leite Tavares. A experiência da Rede de Museologia Social do RJ no fortalecimento de políticas de direito à memória das comunidades. Niterói: UFF, 2017.

atuam no campo da memória, patrimônio e cultura. Surge com o intuito de potencializar a memória como fator de inclusão e transformação social [...].¹⁵

As reuniões ocorridas nos três primeiros anos da REMUS-RJ tiveram múltiplas funções. Em boa medida foram mobilizadoras de pessoas e instituições; mas também foram laboratórios e ateliês de criatividade e ação científica, artística e política; bem como espaços de intercâmbio, permutas e trocas culturais de diferentes níveis; de modo singular foram também espaços de formação com contribuições educacionais ao nível da graduação, do mestrado e do doutorado. Para além das formações acadêmicas as reuniões da REMUS-RJ também contribuíram para a educação popular em diferentes sentidos e orientações.

VI

A primeira ação em direção à captação de recursos financeiros se deu em meados de 2015 com a participação no edital Cultura de Redes do Ministério da Cultura. Na ocasião, o projeto enviado pela REMUS-RJ para a categoria pessoa física (ou sem CNPJ) ficou em 53º lugar de um total de 215 concorrentes, sendo que apenas os 20 primeiros colocados foram contemplados.

Posteriormente, inspirada em experiências do Museu da República e do Museu do Samba, a Rede movimentou-se no sentido de buscar a captação de recursos por meio de emendas parlamentares. Em 2015, duas propostas diferentes entre si, ainda que complementares, foram elaboradas e encaminhadas aos mandatos dos seguintes deputados federais: Alessandro Molon da Rede Sustentabilidade (REDE) e Chico Alencar do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Leu Cruz¹⁶, intelectual

¹⁵ Disponível em: <http://rededemuseologiasocialdorj.blogspot.com.br/2017/12/encontro-da-remus-rj-09122017.html>. Acesso em: 26 dez. 2017.

¹⁶ Aurelina de Jesus Cruz Carias, conhecida como Leu Cruz, faz parte da REMUS-RJ; é mestre em Educação pela UERJ; professora da Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias, diretora do

e militante da Museologia Social e do Museu Vivo de São Bento, foi a principal articuladora da REMUS-RJ com os referidos mandatos.

Desde as primeiras conversas estava claro que o IBRAM teria nesse processo um papel de destaque. Toda e qualquer emenda parlamentar de caráter federal destinada ao campo dos museus e da museologia deveria passar pelo IBRAM. Em 2016 os projetos executivos foram desenvolvidos e as emendas foram asseguradas. Em 2017 os recursos pleiteados foram liberados com um plano de execução previsto para o período de 2017-2018.

O mandato do deputado federal Alessandro Molon recomendou que a execução financeira da emenda parlamentar fosse realizada pelo IBRAM, em acordo com o projeto executivo da REMUS-RJ que, com base nesse entendimento, organizou um grupo de articulação e acompanhamento do projeto.

O mandato do deputado federal Chico Alencar admitiu a hipótese de uma execução financeira descentralizada, nesse caso, autorizou que os recursos da emenda depois de terem entrado no orçamento do IBRAM fossem executados em outra esfera. Por esse caminho, foi possível celebrar um convênio bastante trabalhoso e complexo entre o IBRAM e a Associação dos Amigos do Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias – RJ.

Na perspectiva da Museologia Social e nos termos propostos por Waldisa Rússio, que criticando e denunciando os limites de uma “museologia para”, afirmava e anunciava a possibilidade de uma “museologia com”,¹⁷ a REMUS-RJ, ao longo dos últimos quatro anos, desenvolveu um sistema de reuniões não hierarquizadas, ainda que bastante organizadas e sistematizadas e investiu em variadas formas de trabalho com elevado nível de participação.

Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH-DC) e autora do livro “Outra Teologia é possível, outra Igreja também” (Vozes, 2016).

¹⁷ Ver Waldisa Rússio, Texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto. **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 59-64.

A partir das reuniões e da atuação metódica do Grupo de Trabalho de Articulação¹⁸ foram elaboradas as propostas acima referidas visando compor um plano estratégico de estruturação da Rede e, principalmente, de fortalecimento de iniciativas sintonizadas com a Museologia Social. Cada um desses projetos, como anteriormente indicamos, foi submetido à análise dos mandatos parlamentares. Para melhor compreensão, apresentamos a seguir alguns detalhes desse processo que merece pesquisa mais aprofundada.

VII

O projeto Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro apresentado à equipe do deputado federal Alessandro Molon ao ser consolidado como emenda parlamentar passou por ajustes e alterações. Um dos desafios enfrentados pela REMUS-RJ foi o de garantir que os compromissos sociais e culturais fossem mantidos. Nesse sentido, uma parte expressiva dos recursos dessa emenda foi destinada ao Edital¹⁹ do “Prêmio Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro”,²⁰ coordenado e conduzido pelo IBRAM em parceria com a REMUS-RJ. Desse edital participaram 21 iniciativas, 15 foram classificadas e 9 foram contempladas. É importante registrar que o edital estimulou a realização de parceria entre grupos e iniciativas distintas. Por esse caminho, foi possível descentralizar recursos da emenda parlamentar e garantir que iniciativas que desenvolviam trabalhos consistentes e experiências concretas pudessem ser contempladas e apoiadas.

¹⁸ A composição do GT de Articulação nunca se subordinou à lógica disciplinar e muito menos à hierarquização de saberes; desde sempre contou com a participação de pesquisadores, profissionais de museus, estudantes, militantes de movimentos sociais, funcionários públicos, professores e todos aqueles que estavam interessados e em condições de contribuir com o trabalho específico de articulação e elaboração de projetos.

¹⁹ Ver o texto do edital disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/Edital-PM-Rede-de-Museologia-RJ.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2017.

²⁰ Ver o resultado do edital no seguinte endereço: <http://www.museus.gov.br/IBRAM-divulga-resultado-do-premio-rede-de-museologia-social-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 7 dez. 2017.

É possível supor que a REMUS-RJ esteja inovando em termos de política pública de cultura. Outros dois módulos do referido projeto merecem registro:

1º - parte dos recursos da emenda citada foi destinada à Universidade Federal de Goiás (UFG) com o objetivo de contribuir para que a Plataforma Tainacan²¹ possa atender às necessidades da Museologia Social;

2º - outra parte da emenda foi destinada à elaboração do inventário participativo do Museu de Arqueologia de Itaipu/IBRAM.²²

Esses dois módulos sugerem que a REMUS-RJ está interessada em criar ferramentas e experiências que possam ser compartilhadas em escala mais ampla.

VIII

O projeto denominado Redes de Memória e Resistência foi apresentado à equipe do parlamentar Chi co Alencar. A proposta que em 2015 era bastante simplificada, nos anos seguintes foi detalhada e especificada até atingir a versão de projeto cadastrado e disponível para consulta pública no Siconv.²³

Desde o primeiro momento um dos objetivos era estruturar e fortalecer iniciativas que atuam com Museologia Social no Estado do Rio de Janeiro e contribuir para a pesquisa, a documentação, a formação, a divulgação e o desenvolvimento de projetos em parceria; outro objetivo era o de incentivar a estruturação de redes semelhantes na Região Sudeste, por meio de ações concretas, incluindo encontros, seminários, rodas de conversas, teias²⁴ e reuniões. A Rede de Memória e Museologia Social

²¹ Ver <http://tainacan.org> e também a notícia publicada no Portal do IBRAM: <http://www.museus.gov.br/tag/projeto-tainacan/>.

²² Para mais informações consultar a publicação disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/Livreto-Itaipu-web.pdf>

²³ Ver no Siconv a proposta de número 013200/2016.

²⁴ As Teias de Cultura e as Teias de Memória podem ser compreendidas como processos dinâmicos, indisciplinados, com altíssimo nível de participação e metodologias construídas a partir dos movimentos sociais. Nesses processos a potência da vida em suas dimensões poética e política, em diálogo com uma dimensão pedagógica popular e libertária ganha relevância, neles exercita-

Capixaba (REMUSES) do Estado do Espírito Santo, criada na primeira quinzena de novembro de 2017, com forte participação da REMUS-RJ, é um bom exemplo.

Uma das principais ações do referido projeto consiste na realização de pesquisa diagnóstica sobre 25 iniciativas ou grupos que compõem a Rede. As informações levantadas, além de produzirem registros originais sobre essas iniciativas, poderão contribuir para a construção de futuros projetos e planos de políticas públicas de cultura.

A pesquisa qualitativa ancorada em procedimentos técnicos que passam por formulários, entrevistas e registros audiovisuais identificará necessidades das iniciativas, buscará atender a essas necessidades e produzirá material com a intenção deliberada de fortalecer a Rede e seus participantes. Esse projeto também prevê a realização do inventário participativo no Museu Vivo de São Bento, contando com a colaboração de uma equipe formada, em sua maioria, por moradores de Duque de Caxias e proximidades. Trata-se do primeiro inventário participativo desenvolvido pelo museu e sua equipe decidiu iniciar o processo pelo patrimônio material do território conhecido como Grande São Bento. Faz parte do projeto um plano de comunicação que engloba o desenvolvimento de vídeos da própria REMUS e das 25 iniciativas participantes. Registrem-se ainda os projetos e ações de formação que incluem cursos de Museologia Social, Elaboração de Projetos, Inventário Participativo, Expografia Comunitária, Gestão de Acervos Digitais e outros.

IX

Em nosso entendimento, as teorias sobre as redes – por mais importantes que sejam – não dão conta das redes. É preciso imaginar

se a ecologia de saberes e as fronteiras entre arte, filosofia, ciência e religião são sistematicamente rompidas. Coloca-se aqui uma questão para futuras investigações: existirão no âmbito das práticas e das políticas culturais brasileiras diferenças conceituais significativas entre Teia e Rede?

uma nova teoria ou mesmo uma teoria que aceite conversar com a poesia e o processo de produção de novas memórias.

As redes se fazem e se refazem com muita velocidade. Aquilo que estava garantido, em pouco tempo perde a garantia. No entanto, em nosso entendimento, de acordo com os diferentes movimentos sociais e isso também é válido para a denominada Museologia Social, há uma linha tênue que articula, a partir de determinados princípios, o ético, o poético, o político e o pedagógico. A memória social, a dimensão subjetiva da memória e especialmente as novas memórias com potência transformadora, ou seja: aquelas que impactam e assombram o presente, fazem parte desse processo.

Ao longo dos últimos quatro anos²⁵ a REMUS-RJ firmou-se como um hipocampo ou um cavalo marinho. Em outros termos: a Rede assumiu-se como produtora de novas memórias e afirmou-se como um ser diferente. E por ser diferente assumiu também determinadas responsabilidades, inclusive a de lutar pelo direito à diferença. A conexão da REMUS-RJ com os movimentos sociais é histórica, bem como a sua conexão com a defesa dos direitos humanos, da cidadania e do direito à diferença.

O presente texto quis fazer (e ao seu modo fez) um balanço, ainda que provisório, de um movimento que se autodenomina Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. Para os autores que – por mais experiência de pesquisa que tenham – sabem que estão envolvidos com a referida Rede e que, portanto, sabem também que suas análises podem estar comprometidas; para os autores – repetimos – é importante registrar o estado da arte da REMUS-RJ, produzir um documento que possa ser avaliado e criticado no futuro e também reconhecer que o futuro e o passado se fazem agora.

²⁵ É importante registrar que o presente texto tem como referência o ano de 2017.

Referências bibliográficas

- BOCAYUVA, Izabela. Parmênides e Heráclito: diferença e sintonia. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 51, n. 122, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2010000200004>. Acesso em: 26 dez. 2017.
- BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus*. Brasília, 2003. Disponível em : https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf. Acesso em: 26 dez. 2017.
- BRASIL. *Política Nacional de Museus*. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf Acesso em: 26 dez. 2017.
- CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-%C3%A0-ac%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica>. Acesso em: 26 dez. 2017.
- CAVULLA, Rondelly Soares. *Centro Cultural Cartola: da Imaginação Museal ao Museu do Samba Carioca*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2015.
- CHAGAS, Mário; CAVULLA, Rondelly. Museu do samba carioca: samba, ginga e movimento. *Revista do CPF/Centro de Pesquisa e Formação (Sesc)*, n. 5, p. 89-107, nov. 2017.
- Disponível em: <file:///C:/Users/INFO/Documents/sesc/REVISTA%20DO%20CENTRO%20DE%20PESQUISA%20E%20FORMACAO%20N05%20ISSN%2024482773.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2017.
- CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. *Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação)*. Cadernos do CEOM / Centro de Memória do

Oeste de Santa Catarina, v. 27, n. 41, Chapecó: Unochapecó, p. 9-22, 2015.

Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168>. Acesso em: 26 dez. 2017.

CHAGAS, Mario. Patrimônio é o caminho das formigas. In: Anais do MHN, v. 47, p. 177-304, 2015.

Disponível: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=Formiga>. Acesso em: 26 dez. 2017.

CHAGAS, Viktor. Museu é como um lápis. Overmundo, 1º fev. 2007. Disponível em:

<http://www.overmundo.com.br/overblog/museu-e-como-um-lapis>. Acesso em: 26 dez. 2017.

COSTA, Alexandre. Como e por que sobrevivem os pré-socráticos? Os exemplos de Empédocles e Heráclito. Revista Filosófica de Coimbra, n. 21, p. 163-178, 2002. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/como_e_por_que_sobrevivem_os_pre-socraticos. Acesso em: 26 dez. 2017.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FACHINELLI, Ana Cristina; MARCON, Christian; MOINET, Nicolas. A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da Sociedade da Informação (Reportagem). Com Ciência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Disponível em <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/socinfo/info14.htm>. Acesso em: 26 dez. 2017.

GUARNIERI, Waldisa Russio de Camargo. Museologia e Museu. In: BRUNO, M. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. v. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho |Internacional de Museus, 2010. p. 78-85.

_____. Texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto. Produzindo o passado. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 59-64.

JANUÁRIO, R.; SILVA, R. M. Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. Cadernos do CEOM, Ano 27, n. 41, Museologia Social. Santa Catarina, Unochapecó, 2014. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168>. Acesso em: 26 dez. 2017.

MOUTINHO, Mário. Museus e Sociedade: Reflexões sobre a função social do Museu. Cadernos de Patrimônio. Monte Redondo, 1989.

REDE DE MUSEUS MEMÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS. Disponível em : <http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/>. Acesso em: 26 dez. 2017.

RICOEUR, Paul. O si-mesmo como um outro. Campinas: Papirus, 1991.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Cultura e Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2011.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

VEIGA, Juliana Leite Tavares. A experiência da Rede de Museologia Social do RJ no fortalecimento de políticas de direito à memória das comunidades. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCult)/Universidade Federal Fluminense (UFF), 2017.